

---

## **CONSERVADORISMO NA POLÍTICA NO GOVERNO BOLSONARO: NOVAS ARTICULAÇÕES, VALORES RELIGIOSOS E PAUTA DE COSTUMES \***

*Conservatism in politics in the Bolsonaro government: new  
articulations, religious values and customs agenda*

**Dra. Naara Luna \*\***

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: 0000-0002-6137-7405

### **Resumo**

Este artigo examina como valores religiosos estão implicados no debate público no governo Bolsonaro. Isso abrange temas morais controversos – o aborto e a diversidade sexual, tópicos associados à categoria de acusação “ideologia de gênero”. Esses temas integram a pauta de costumes, uma agenda centrada na moral sexual e reprodutiva acionada na campanha à presidência de Jair Bolsonaro, que engaja seus apoiadores religiosos. Esta investigação analisa controvérsias com base em pesquisa documental nos sites eletrônicos da grande imprensa e dos informativos ligados ao Executivo, Legislativo e Judiciário, além de exame das redes sociais de agentes envolvidos nos movimentos sociais analisados. No contexto da pandemia de Covid-19, a pauta de costumes foi momentaneamente eclipsada pela questão da liberdade de culto. Além da participação de lideranças religiosas na base de apoio do presidente, observa-se a erupção de movimentos da sociedade civil, autodesignados cristãos, que lutam em prol do fortalecimento político do governante, em sua ascensão autoritária, contra instituições democráticas, especialmente o Supremo Tribunal Federal. Esses movimentos conservadores alegam defender a liberdade religiosa entre outras liberdades civis. Tal conservadorismo está associado a certa linguagem de gênero e a uma identidade dita cristã. O viés na execução de políticas públicas revela moralidade pautada em valores religiosos.

**Palavras-chaves:** valores religiosos, conservadorismo, religião no espaço público, Bolsonaro, aborto, diversidade sexual, ideologia de gênero.

## Abstract

This article examines how religious values are implicated in the public debate in the Bolsonaro administration. This covers controversial moral issues—abortion and sexual diversity, topics associated with the charge category "gender ideology." These topics are part of the customs agenda, an agenda in sexual and reproductive morality triggered in Jair Bolsonaro's presidential campaign that engages his religious supporters. This research analyzes controversies based on documentary research in the electronic sites of the mainstream press and of news reports linked to the Executive, Legislative, and Judiciary, as well as an examination of the social networks of agents involved in the social movements analyzed. In the context of the Covid 19 pandemic, the customs agenda was momentarily eclipsed by the issue of freedom of worship. In addition to the participation of religious leaders in the president's support base, one can observe the eruption of civil society movements, self-designated Christians, who fight for the political strengthening of the ruler, in his authoritarian rise, against democratic institutions, especially the Supreme Court. These conservative movements claim to defend religious freedom among other civil liberties. Such conservatism is associated with certain gender language and a so-called Christian identity. The bias in the execution of public policies reveals morality based on religious values.

**Keywords:** religious values, conservatism, religion in public space, Bolsonaro, abortion, sexual diversity, gender ideology

## Introdução

Este artigo examina como valores religiosos estão implicados no debate público durante o governo Bolsonaro, o que abrange o período da eleição em 2018 até seu terceiro ano de mandato (2019-2021). No contexto contemporâneo de secularismo, evidencia-se que a esfera pública tem se modelado a partir da presença pública das religiões. Para a presente investigação, um dos pressupostos é compreender como as religiões se colocam em público, com base na teorização de Paula Montero sobre "religiões públicas" ou "religiões na esfera pública" (2016). Trata-se de entender o "espaço público" como "o resultado de uma ação organizada coletivamente" "tendo em vista um público" (p. 144). Segundo Montero, "a própria atividade coletiva de colocar em cena certos confrontos constrói determinados atores como 'religiosos' e a religião como 'pública'" (2016, p. 144). "Trata-se, pois, de compreender a "religião pública" como o resultado das dinâmicas de publicização colocadas em ação pelos atores na disputa pela atenção pública" (2016, p. 145).

Segundo Camurça, Silveira e Andrade Júnior (2020), no tocante à presença pública da religião no Brasil, pode-se apontar a influência de uma matriz cristã na esfera pública partilhada entre o catolicismo e o

evangelismo pentecostal. Essas expressões cristãs majoritárias exercem poder de fato na política e nas decisões do Estado (2020, p. 976), o que é confirmado por minha experiência de pesquisa (Luna, 2013, 2017, 2018, 2019). Considerando as relações entre religião e política no Brasil, constata-se o fortalecimento desse segmento conservador no debate público, especialmente após o governo Bolsonaro, tanto com a designação no ministério de agentes conservadores com e sem identidade religiosa pública como também com a ascensão concomitante de parlamentares com intensa militância conservadora afinada com o governo federal (Almeida, 2019), pontos que serão desenvolvidos adiante. Camurça et al. afirmam que esse cristianismo conservador quer hegemonizar seu controle da agenda de políticas públicas de áreas “não diretamente religiosas autônomas”, ou seja, referentes a “questões de cunho moral com valores religiosos com reflexos para família, infância, sexualidade, costumes sociais” (2020, p. 978). Afirimo que esses agentes conservadores não atuam apenas no Estado diretamente como ocupantes de cargos nos três poderes, mas são também sujeitos que têm tomado as ruas e as redes sociais na defesa de seu projeto. Uso aqui a definição de conservador cunhada no mesmo artigo: são aqueles que dedicam a “conservar, e a repor, a visão de mundo lastreada na reação à modernidade” (Camurça et al., 2020, p. 976). Os reacionários vão além e saem em “guerra para restaurar uma suposta ordem, sob a hegemonia das instituições religiosas, no caso, cristãs, idealizada e inexistente, de vida social, moral, cultural, sexual, familiar e política” (2020, p. 976).

Este artigo vai destacar eventos que constituem controvérsias públicas relacionadas a valores religiosos no período investigado. Uma controvérsia é “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas, os quais permanecem importantes, às vezes até cruciais, na constituição de uma sociedade” (Giumbelli, 2002, p. 96). Aqui se amplia o escopo de pesquisas anteriores, ao centrar o foco nos valores religiosos revelados em controvérsias públicas no cenário político atual marcado pela ascensão de um político de extrema direita à Presidência da República, e a emergência de diversos movimentos de caráter conservador que se denominam “cristãos”. Além do mais, o enfrentamento da pandemia da COVID 19 acirrou a polarização e trouxe para a pauta outros elementos relacionados ao conservadorismo, como uma retórica sobre masculinidade. A mobilização de agentes religiosos conservadores tem apresentado uma dinâmica compatível com o populismo, observando-se a identificação das massas com seu líder (Cesarino, 2019).

O artigo vai analisar como valores religiosos estão implicados no debate público sobre temas morais controversos, especialmente o

aborto e a diversidade sexual, o que tem sido associado à categoria de acusação “ideologia de gênero”. Esses temas integram a pauta de costumes, uma agenda na moral sexual e reprodutiva acionada na campanha à presidência de Jair Bolsonaro e motivo de entusiasmo de seus apoiadores religiosos. No contexto da pandemia de Covid-19, a pauta de costumes foi momentaneamente eclipsada pela questão da liberdade de culto como demanda de seus apoiadores. Além da participação de lideranças religiosas já conhecidas na base de apoio do presidente (Py, 2020; Alves, 2021), observa-se a erupção de movimentos da sociedade civil, autodesignados cristãos, que têm lutado em prol da agenda de fortalecimento político do presidente, em sua ascensão autoritária, contra instituições democráticas, especialmente o Supremo Tribunal Federal, sede de julgamentos favoráveis à ampliação do direito ao aborto legal no caso da anencefalia (Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental - ADPF 54) e o reconhecimento dos direitos da união estável entre casais do mesmo sexo (Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental - ADPF 32 e Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4.277). Tais movimentos alegam defender a liberdade religiosa entre outras liberdades civis. Este conservadorismo de corte religioso está associado à linguagem de gênero. Outro aspecto a examinar é o viés nas políticas públicas que revela moralidade pautada em valores religiosos.

Considerando o ambiente político altamente polarizado, a presente investigação pode revelar como valores religiosos incidem em um Estado que se define na Constituição Federal como laico. Em termos de relevância científica, este estudo pode renovar a compreensão que se tem da religião no espaço público, desafiando pressupostos quanto à homogeneidade do processo de secularização em sociedades modernas. A investigação tem relevância ainda maior do ponto de vista social, pois as controvérsias a analisar são disputas sobre acesso a direitos, de modo que diversos sujeitos podem ter seus direitos negados pela falta de reconhecimento social de sua demanda em função do ambiente social hostil.

## **Metodologia**

Para realizar esta investigação, adota-se metodologia qualitativa, especialmente pesquisa documental nos sites eletrônicos da grande imprensa e dos informativos ligados ao Executivo, Legislativo e Judiciário, além de exame das redes sociais de alguns dos agentes envolvidos nos movimentos sociais sob análise. Trata-se de uma etnografia de documentos segundo Muzzopappa e Villalta (2011), tomando as fontes documentais como suportes do discurso a analisar (Giumbelli, 2002). A pesquisa documental consiste em busca na mídia

impresa e eletrônica, análise de sites e *home pages*, localização dos discursos dos atores envolvidos em redes sociais. Foram usados os métodos da análise de discurso e da análise de conteúdo (Capelle et al., 2003) na interpretação dos resultados do levantamento e da etnografia de documentos.

### **A pauta de costumes e a liberdade religiosa**

Nos últimos anos, tenho acompanhado o debate parlamentar sobre aborto e diversidade sexual em três casas legislativas: o Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, além da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). A abordagem desses temas diz respeito à regulação pelo Estado de questões referentes à vida íntima de sujeitos: 1. Se existe a possibilidade legal de interromper uma gravidez e em que circunstâncias, o que envolve a autonomia reprodutiva de mulheres, mas também questões referentes à condição fetal, isto é, se o discurso de direitos humanos constrói embriões e fetos como sujeitos de direitos, representando-os como pessoas (Luna, 2018, 2019). 2. No tocante à diversidade sexual – as implicações da vivência erótica de sujeitos e suas escolhas, ou de sua orientação sexual – considerando que vigora um padrão heteronormativo, que entende como natural a complementaridade dos sexos masculino e feminino e seus papéis estabelecidos na sociedade e na família (Butler, 2019). Aqui entram questões referentes à proteção desses segmentos da discriminação em espaços públicos e nos serviços do Estado (esse ponto tem sido alvo de grandes debates especialmente no que se refere ao ambiente escolar, mas também nas políticas de saúde) e no reconhecimento de sua identidade e na constituição de família (Luna, 2017).

A derrubada do poder de um governo liderado por um partido de esquerda (PT) – mesmo que constituído na prática por um arco de alianças partidárias da esquerda à direita – no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, com um intervalo quando o vice-presidente Temer assumiu a presidência, foi seguida da ascensão de um governo de extrema direita. O líder Jair Bolsonaro, representante da dita “bancada da bala” e dos militares, havia colocado a pauta de costumes como um carro-chefe da campanha supostamente moralizadora contra um governo acusado de corrupção (Almeida, 2019). Essa mudança no ambiente político também incide no debate sobre esses temas, o que sugere ameaça de retrocesso em termos de direitos conquistados por decisões judiciais, proferidas no Supremo Tribunal Federal, como a antecipação terapêutica de parto em caso de anencefalia (ADPF 54) (Luna, 2018) e o reconhecimento da união

estável entre casais de mesmo sexo (ADPF 132 e ADI 4.277 no mesmo julgamento).<sup>1</sup>

O debate sobre esses temas morais controversos está relacionado ao lugar da religião no espaço público, uma vez que agentes religiosos têm se posicionado, reclamando do aviltamento dos valores da sociedade brasileira apresentada como majoritariamente cristã. Embora não tenha se distinguido como um parlamentar de identidade religiosa pública em sua carreira política, o então deputado federal Jair Bolsonaro associou-se a segmentos religiosos conservadores na Câmara dos Deputados em 2011,<sup>2</sup> na luta contra a iniciativa do Ministério da Educação de lançar o programa "Escola sem Homofobia", o qual o deputado designou pelo apodo de "kit gay" (Vital da Cunha & Lopes, 2012). A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República ampliou o espaço daqueles segmentos conservadores que se diziam acuados por uma "ditadura gayzista" em que apenas essa "minoria" teria direitos. Parte significativa dos agentes dessa reação conservadora no Congresso Nacional é de religiosos, notadamente parlamentares evangélicos, católicos (da Renovação Carismática) (Machado, 2016; Luna, 2019) e também espíritas (grupo muito pequeno, engajado especialmente no debate sobre aborto), notando-se diminuta participação de mulheres.<sup>3</sup>

É importante nesses termos destacar, no espírito do governo Bolsonaro, a atuação de Damares Alves na cabeça do novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, entrelaçando a pauta moral com o engajamento religioso. Desde seu discurso inaugural, quando afirmou que meninos vestem azul e meninas, rosa, a ministra marcou sua atuação a partir da identidade religiosa: "O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã" (Vivas, 2019). A ministra é

---

<sup>1</sup> Para a descrição dos processos, ver a ementa no site do Supremo Tribunal Federal: Supremo Tribunal Federal STF - ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: ADPF 132 RJ. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/20627227> . Acesso em 17/10/2022.

<sup>2</sup> A mobilização foi reconstituída por Vital da Cunha e Lopes (2013) e teria se iniciado com a reação de Bolsonaro a uma audiência pública para debate do material do programa Brasil sem Homofobia, encomendado pelo Ministério de Direitos Humanos, em novembro de 2010. Depois, com o término da legislatura e o início de outra, essa mobilização foi retomada pela bancada evangélica em março de 2011.

<sup>3</sup> Conforme apurado no projeto de pesquisa vigente, a proporção de mulheres no lado progressista do debate, ou seja, em favor do direito de escolha de no caso do aborto e da diversidade sexual é bem mais significativa do que no lado conservador, mas ainda é reduzida porque a participação das mulheres no Congresso é pequena (15% na Câmara Federal na legislatura de 2019-2022).

advogada e pastora evangélica, tendo atuado por 20 anos como assessora parlamentar. Além de reafirmar os papéis de homem e mulher na família tradicional, a ministra tem perseguido a pauta antiaborto. No vídeo da reunião ministerial de 22/04/2020 no Palácio do Planalto, ela acusa o Ministério da Saúde de abrigar técnicos “abortistas” e “feministas” que deveriam ser afastados, o que efetivamente aconteceu pouco depois (Natividade et al., 2021). No mesmo ano, a ministra Damares Alves, juntamente com o então ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, participou do Consenso de Genebra, um acordo internacional em defesa da vida, em que o Brasil, junto com outros 31 países, assinou uma declaração dita em defesa da saúde da mulher. Os participantes criticaram a ONU por supostamente promover o aborto como direito universal e se comprometeram a atuar na oposição ao aborto como método de planejamento familiar (Desideri, 2020). Outro ponto importante em 2020 foi a intervenção da ministra no caso de aborto legal de uma menina de 10 anos abusada pelo tio no Espírito Santo, no sentido de tentar convencer a família a não realizar a cirurgia, tendo pressionado médicos com o mesmo objetivo (Riveira, 2020). A equipe de Damares no Ministério estaria envolvida em informar o endereço do hospital para a ativista bolsonarista Sara Giacomini (conhecida como Sara Winter) (Riveira, 2020), que divulgou no canal YouTube a identificação da criança e o endereço do hospital (Santos, 2020), promovendo um protesto em frente ao hospital em Pernambuco onde ela estava para realizar a intervenção.

Em entrevista, Magali do Nascimento Cunha afirma: “Bolsonaro foi muito bem instruído no discurso que alimentou a pauta de costumes de sua campanha, afetando fortemente o imaginário evangélico conservador calcado na proteção da família tradicional, na heteronormatividade e no controle dos corpos das mulheres”. O alcance desse imaginário é determinante para o apoio católico e evangélico conservador (Cunha, 2019).

A bancada religiosa conservadora tem sido suporte do presidente Jair Bolsonaro no Congresso Nacional. Segundo pesquisas de opinião sobre o governo Bolsonaro, no tocante à população em geral, o segmento evangélico está entre os que lhe conferem maior apoio nas avaliações como bom e ótimo (Cunha, 2019), mas seu apoio se reduziu em 2021, segundo pesquisa do Datafolha (Alves, 2021). A pauta de costumes é um dos pontos de afinidade do segmento religioso com o presidente. O contexto da pandemia aproximou esse segmento religioso conservador do governante e seus prepostos, uma vez que estes se posicionaram como defensores da liberdade religiosa contra as restrições demandadas para fazer frente à emergência sanitária (Py, 2020).

Quando foi decretada a emergência sanitária, as igrejas se dividiram (Mori, 2020). Importantes líderes religiosos como o pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) e Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, queriam manter as igrejas abertas durante o enfrentamento da pandemia, enquanto representantes de outras igrejas cristãs e de outras religiões defenderam a necessidade de isolamento (Dip et al., 2020). No dia 5 de abril de 2020, diversos líderes das principais igrejas evangélicas convocaram um jejum pelo Brasil, para o enfrentamento da pandemia, mas também em apoio ao presidente Bolsonaro, tendo participado de um vídeo com ele, momento analisado por Py (2020). No auge da segunda onda da pandemia, nos meses de março e abril de 2021, quando a média diária de óbitos chegou a três mil, medidas que restringiam circulação, serviços não essenciais e reuniões, inclusive cultos religiosos, foram adotadas em diversos municípios e alguns estados. Um dos casos mais notórios foi o do Estado de São Paulo, onde um decreto suspendeu entre 15 e 30 de março a realização de cultos religiosos e de campeonatos desportivos e determinou fase emergencial de quarentena (Machado e Figueiredo, 2021). O ministro do STF Nunes Marques acolheu ação (ADPF 701) da ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos) e autorizou em 3 de abril a realização de cultos e missas em todo o Brasil, mantendo as regras de distanciamento social e a ocupação de 25% dos locais (Arreguy, 2021). No julgamento da ação ajuizada pelo PSD no Supremo Tribunal Federal pedindo a liberação dos cultos e demais cerimônias religiosas, o Advogado Geral da União, André Mendonça, defendeu no Supremo Tribunal Federal a suspensão de atos normativos que proibissem a realização de atividades religiosas (Advocacia Geral da União, 2021). Alegou que as igrejas estavam sendo atingidas por essas restrições em contraste com o transporte público ou com a ausência de restrição para reuniões presenciais de sindicatos e partidos políticos. No tocante a riscos, afirmou que cristãos estariam dispostos a dar a vida por liberdade de culto. Contudo a decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal em 8 de abril manteve a restrição temporária de atividades religiosas coletivas presenciais. O debate não apenas mobilizou o meio jurídico, com o questionamento quanto a se a postura do Advogado Geral da União, que é pastor presbiteriano, e do ministro Nunes Marques do STF, católico, seria apropriada em um Estado laico. Em resposta ao resultado do julgamento, em várias capitais ocorreram manifestações como a "Marcha da Família Cristã pela Liberdade" (G1, 2021). Um grupo de lideranças religiosas criticou tanto os decretos que restringiam as atividades de culto, como a decisão do Supremo Tribunal Federal. Contudo, é necessário frisar que essa posição não

foi monolítica, pois houve declarações favoráveis à volta momentânea das restrições, considerando a urgência da pandemia (Mello, 2021)<sup>4</sup>.

É importante salientar que esse debate não se limitou às restrições. A “Marcha da Família Cristã” não apenas contestou as medidas sanitárias, mas revelou o apoio ao governo Bolsonaro em faixas nas manifestações que pediam o fechamento do Supremo. Esse apoio cruzado de setores conservadores e religiosos ao governo Bolsonaro não se restringiu à assim chamada questão da liberdade de culto. Alegou-se a violação do direito de ir e vir pelas medidas de enfrentamento à pandemia. Também se alegou violação da liberdade individual em relação a uma suposta vacinação forçada. Foi questionada a eficácia das vacinas para combater a doença, em particular com respeito à marca Coronavac, desmerecida como vacina chinesa ou vacina do Dória (governador de São Paulo), apresentado como “comunista” e inimigo da religião. O questionamento à eficácia das vacinas e a representação de riscos exagerados, divulgados em notícias falsas, foram acompanhados de outras soluções “milagrosas”: a crença na eficácia de medicamentos como cloroquina e ivermectina para o “tratamento precoce”. Nesse sentido, as crenças extrapolam o religioso institucional e se firmam na figura do presidente como liderança populista e seus remédios mágicos para a morte e a doença (Caponi et al., 2021).

O segmento religioso conservador, em especial católicos e evangélicos, tem como uma de suas bandeiras a família tradicional, marcada por papéis de gênero distintos, encabeçada pelo homem, ao qual a mulher deve obediência, visão mais presente entre os pentecostais (Machado, 2012b). Essas dimensões de gênero vão além de papéis na família, revelando-se também na forma de o Presidente da República encarar a pandemia. Em seus pronunciamentos públicos quanto ao enfrentamento da pandemia, sempre criticando as medidas de isolamento social, Bolsonaro fez declarações carregadas de representações de gênero: “Não adianta fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas” (em 10/11/2020) (Gomes, 2020). “Chega de frescura e de mimimi. Vão ficar chorando até quando?” (G1, 05 de março de 2021)

O luto coletivo pelas mortes no caso da pandemia de COVID é traduzido na fala do presidente em termos de gênero: fraqueza representada em palavras como “maricas”, “frescura”, “mimimi”. O desprezo pelos fracos é uma característica do fascismo (Eco, 2019), perspectiva que será abordada adiante. Deve-se notar que essa

---

<sup>4</sup>Reportagem de Bernardo Mello (2021) mostra divergência apresentando falas de líderes evangélicos, católicos, judeus e muçulmanos.

zombaria voltada para uma acusação de fraqueza aparece na abordagem de Bolsonaro sobre as minorias conforme visto em Cesarino (2019). Além disso, em sua polêmica contra as vacinas, o presidente alerta para riscos imaginários referentes a caracteres sexuais como a barba e a voz.

Lá no contrato da Pfizer, está bem claro: nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito secundário. Se você virar um jacaré, é problema seu. [...] Se você se transformar em Super-Homem, se crescer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada com isso. (Diário de Notícias, 18 de dezembro de 2020).

Esse discurso eivado de representações de gênero tem sido característico da insensibilidade do governante com as mortes, o que revela o modelo de masculinidade no qual se enxerga e quer propagar em sua escalada autoritária. Trata-se da representação do machão, modelo de masculinidade hegemônica (Theije, 2002). A chacota em relação ao choro é parte do processo de socialização dos meninos (Nigro & Bacarat, 2018). Tais ideais de masculinidade estão presentes no nazismo e no fascismo, demandando-se posturas heroicas de militares, continuam as autoras. Também são características do fascismo o desprezo pelos fracos e uma vontade de poder transferida para questões sexuais, daí o machismo refletido no desdém pelas mulheres e a condenação à homossexualidade (Eco, 2019): nas palavras do presidente “país de maricas”, “mimimi”, “vai chorar até quando?”. Outro aspecto que aproxima a masculinidade no fascismo e nas sociedades atuais caracterizadas pela hiperconectividade é o culto às armas de fogo (Vasconcelos, 2019), o que pode nos lembrar do gesto imitando arma como signo da campanha de Bolsonaro para presidência. O título da coluna de jornal de Albuquerque Jr é bastante revelador do momento atual: “A masculinidade fascista como revanche contra o avanço social do feminino” (2021). O texto aborda o ressentimento de homens pelos lugares conquistados por mulheres na sociedade, inclusive a presidente Dilma, e seu ideal masculino incorporado em Jair Bolsonaro. Essa perspectiva de gênero tem diálogo intenso com as bases evangélicas moldadas por uma leitura fundamentalista e patriarcal da Bíblia, segundo Duarte (2020). Em artigo sobre a Frente Parlamentar Evangélica e sua expectativa de chegada ao poder no governo atual, Duarte aponta para imagem de Deus implicada no lema do governo Bolsonaro e que corresponde ao que pensam seus apoiadores. Trata-se de um Deus branco, macho, heterossexual, provedor, que possui e controla as mulheres, o cabeça da família tradicional, o qual parece ser publicamente autorizado a não reconhecer os direitos de pluralidades sociais (2021, p. 20).

No contexto da COVID, parece haver um cruzamento de gênero e de crenças religiosas/mágicas, quando se observa essa difusão de narrativas conservadoras. A Associação de Médicos pela Vida se apropria do lema antiaborto de defesa da vida para sustentar o dito “tratamento precoce”, conforme visto em anúncios do grupo em jornais da grande imprensa. O tratamento precoce foi preconizado pelo presidente e seus apoiadores. Caponi et al. abordam o tratamento precoce, isto é, a prescrição por médicos/as de medicamentos *off label* para o tratamento de COVID, isto é, fora da prescrição da bula, que depois foram testados e considerados comprovadamente ineficazes para essa terapêutica (Caponi et al., 2020).

Continuando a análise do panorama político e a relação com agentes religiosos, o desenrolar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID no Senado revelou líderes religiosos envolvidos em negociações para aquisição de vacinas por meio das ONGs que presidiam, alegando proximidade com o líder do Executivo, caso do reverendo Amilton Gomes de Paula da ONG SENAH (Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários) (Agência Senado, 03 de agosto de 2021).

### **Novas articulações: conservadorismo e cultura**

Também no tocante à religião no espaço público e à influência da matriz cristã na política brasileira (Camurça et al., 2020), é possível observar que concepções religiosas têm sido usadas para orientar políticas culturais. Pouco antes da emergência da pandemia, o então secretário da cultura Roberto Alvim fez um discurso em vídeo em 17/01/2020 para divulgar um concurso (o Prêmio Nacional das Artes), o qual foi acusado de inspiração no ministro da Propaganda nazista Goebbels. Alvim declarou “A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas” (G1, 17 de janeiro de 2020). A ligação com Deus é colocada no mesmo patamar da pátria e da família como orientação para as políticas públicas na área de cultura. Pátria, família e Deus são elementos integrantes do imaginário do movimento conservador em curso e, além disso, rememoram um lema fascista usado por integralistas na década de 1930 e pela “Marcha da Família com Deus pela Pátria” realizada logo antes do golpe civil-militar de 1964 (Almeida, 2020). Em paralelo, na FUNARTE e na Secretaria Especial de Cultura (órgão do Ministério do Turismo), avaliações de projetos têm se pautado por critérios distantes do que se espera do Estado laico, engrossando uma pauta conservadora, como no exemplo do parecer do Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura) contrário ao Festival de Jazz de Capão (Chapada Diamantina, Bahia) pelo lema antifascista divulgado em um post do evento (“festival antifascista e

pela democracia”). No parecer da FUNARTE negando o financiamento do evento, consta citação atribuída ao compositor J. S. Bach definindo ser o objetivo da música “a glória de Deus” e um comentário que associa arte com a divindade: “a Arte é tão singular que pode ser associada ao Criador” (Cunha, 2021). O não cumprimento do edital de concurso financiado pelo Fundo Setorial de Audiovisual lançado no governo Temer, que havia selecionado produções com temática LGBT, entre outras, inaugurou essa tendência de excluir o que estivesse fora da pauta ideológica e de costumes propagada pelo governo.<sup>5</sup> Então se percebem dois aspectos nesses eventos na área da cultura: o dirigismo cultural e a censura a temas fora da pauta ideológica, na qual o componente dos costumes é dos mais importantes, o que é atrelado a valores como a família, mas também a um fundamento na divindade. O uso dessas representações da arte associada à divindade e à ligação do povo com Deus, na justificativa para financiar políticas públicas, pode ser atribuído à influência da matriz cristã na política brasileira. O fundamento em concepções religiosas se confronta com a concepção de Estado laico. Esse Deus associado a tais políticas culturais seria o mesmo Deus excludente e patriarcal apontado por Duarte (2020) acima?

Em outra face do engajamento de grupos bolsonaristas, estão as mobilizações antidemocráticas que pregam o fechamento do Congresso Nacional e a destituição de ministros do STF. Entre esses expoentes está o deputado federal Otoni de Paula (então PSC-RJ, agora MDB), pastor evangélico, que postou mensagens em tom de ameaça ao Senado e ao STF, sendo investigado no inquérito das *Fake News*.<sup>6</sup> Além desse inquérito, em agosto de 2021, houve o pedido de busca e apreensão pela subprocuradora geral da república Lindora Araújo dirigido a pessoas que estimulavam atos violentos contra o STF e o Senado. Entre esses está o próprio deputado Otoni de Paula, mas também líderes de movimentos que se nomeiam cristãos como o

---

<sup>5</sup> O ministro da Cidadania Omar Terra suspendeu o edital. Houve seleção de 14 categorias entre as quais “diversidade de gênero, sexualidade, raça e religião, sociedade e meio ambiente, manifestações culturais, qualidade de vida e biográfico”. O presidente Bolsonaro exibiu uma lista de produções sobre LGBT e minorias que seriam financiadas, vangloriando-se: “Conseguimos abortar essa missão”. Confira: Ministro suspende edital com séries LGBT, após críticas de Bolsonaro. *Exame*, 21/08/2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/ministro-suspende-edital-com-series-lgbt-apos-criticas-de-bolsonaro/>>. Acesso em 17/10/2022.

<sup>6</sup> O inquérito tem como objetivo apurar ataques e notícias falsas envolvendo o Supremo Tribunal Federal e seus integrantes e foi aberto em 14/03/2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. Cf. Inquérito das *Fake News*. *Wikipédia*, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Inquérito\\_das\\_Fake\\_News](https://pt.wikipedia.org/wiki/Inquérito_das_Fake_News). Acesso em 4/09/2021.

comerciante Alexandre Petersen, fundador da Coalizão Pró-Civilização Cristã, ligada ao site Brasil Livre. Tal associação visa a “lutar pela restauração dos valores e da cultura ocidental, fruto do cristianismo”. No mesmo inquérito da PGR, é investigado o jornalista Wellington Macedo de Souza, coordenador da “Marcha da Família Cristã pela Liberdade”, movimento já citado acima, segundo reportagem do jornal *O Globo* (21/08/2021), embora o nome do jornalista não apareça entre os coordenadores da marcha no site desta, nem entre os signatários da carta aberta da Marcha da Família Cristã/Foro Conservador<sup>7</sup>. Ele já trabalhou no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Amado, 2021). Esse jornalista divulgou vídeo conclamando para um ato no Sete de Setembro de 2021 em Brasília com o intuito de forçar o presidente do Senado a aceitar o *impeachment* de ministros do STF. Também investigado nesse inquérito da PGR está Bruno Semczyszcz, articulista do Canal Brasil Livre, simpatizante da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (Souza, Éboli & Muniz; 2021).<sup>8</sup>

Interessante é a aliança de atores que se dizem mobilizados em defesa da família e do cristianismo em torno não apenas das pautas conservadoras nos costumes, mas de pautas diretamente relacionadas aos interesses do Presidente da República Jair Bolsonaro, com ameaças golpistas ou de instalação de um Estado autoritário.

Outro aspecto que parece novo neste contexto é o fato de organizações de cunho conservador usarem um rótulo religioso: cristãs. Isso contrasta com o movimento antiaborto que tem se articulado desde 2006 que se diz laico, embora composto por sujeitos de identificação religiosa pública, como é possível constatar no site do Movimento Brasil sem Aborto.

Para mostrar a peculiaridade do momento atual, inclusive no tocante a como as religiões se colocam em público, é importante fazer o contraste com outras mobilizações religiosas. O acento mais político e afastado das instituições religiosas da Marcha da Família Cristã pela Liberdade, citada acima, se explicita no contraste com a organização

---

<sup>7</sup> O nome do jornalista Wellington Macedo de Souza não aparece no site da Marcha da Família Cristã pela Liberdade entre os coordenadores nacionais, estaduais ou municipais: cf. <https://marchadafamilia.com/>. Acesso em 2/09/2021. A “Carta aberta” de 3/08/2021 encabeçada pela Marcha da Família e pelo Foro Conservador, pleiteia a contagem pública dos votos impressos. Disponível em: <https://marchadafamilia.com/wp-content/uploads/2021/08/MODELO-Carta-Aberta-Marcha-Contagem-Publica-Ultima.pdf>. Acesso em 2/09/2021.

<sup>8</sup> Todos os casos citados no parágrafo foram extraídos da reportagem de Souza, Éboli e Muniz (*O Globo*, 21/08/2021).

da Marcha para Jesus, um evento de unidade evangélica cuja organização fica a cargo de lideranças locais e difere de acordo com o porte do município (Sant'Ana, 2014). Segundo Raquel Sant'Ana (2014), em São Paulo, a igreja Renascer em Cristo centralizava a organização; já no Rio, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo tinha papel protagonista, embora outros setores assumissem tarefas importantes. Bandeiras relacionadas a pautas reivindicadas por ativistas conservadores (Vaggione, 2012, 2017) estavam penduradas nos carros de som da marcha: contra a legalização do aborto, a união homoafetiva e a criminalização da homofobia (Sant'Ana, 2014).

Em contraste, o site oficial da Marcha da Família Cristã pela Liberdade define assim o movimento:

A Marcha da Família Cristã pela Liberdade é uma releitura da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que fez seu registro na história do Brasil ao frear o caminho comunista que o país seguia. A marcha, à época, formada por setores religiosos e agrupamentos de mulheres, tomou as ruas do país evocando os valores ligados a Deus, a Família e a Liberdade.

Com o atual momento da pandemia no país que tem promovido o cerceamento de liberdades individuais e religiosas, incluindo as agressões contra liberdade de culto e o direito ao trabalho, a nova edição da Marcha prevê:

- Orar para que Deus proteja o país da pandemia;
- Manifestar repúdio às inclinações autoritárias e ditatoriais de autoridades públicas;
- Defender o direito constitucional à liberdade de culto e a inviolabilidade dos templos;
- Defender o direito ao trabalho, dentro dos protocolos específicos de segurança e saúde de cada atividade (Marcha da Família, 2021)<sup>9</sup>

O site mostra a coordenação de seis diferentes setores no nível nacional (juventude, de núcleos, jurídico, nacional, internacional, de entidades), e lista também as lideranças estaduais e municipais. Os endereços de referência desses coordenadores e coordenadoras nacionais são todos do Instagram. Examinando os perfis de Instagram dessas seis lideranças oficiais informados no site da marcha (pesquisa feita em 27/08/2021) não se encontra o pertencimento religioso de nenhum deles: quatro se apresentam com palavras como cristã/cristão e cristianismo e outros dois nem isso. Com uma exceção, nenhum posta imagem própria em templo religioso ou com roupas

---

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://marchadafamilia.com/> >. Acesso em 07 de setembro de 2021. O site não existe mais. Informações com a descrição dos objetivos podem ser obtidas no perfil do Facebook e do Instagram.

litúrgicas. O primeiro deles é coordenador nacional do Movimento Conservadorismo Estudantil, enquanto outros quatro se apresentam a partir de suas identidades profissionais: uma é psicóloga e jornalista, um professor que também é relacionado ao Direito, um promotor de justiça, um empresário e a última só informa seu nome. Artur Jocteel (@artur.jocteel), líder do Movimento Conservadorismo Cristão, apresenta duas postagens com uma Bíblia (uma tradução católica). Em seu perfil, há poucos sinais explicitamente religiosos, mas uma série de postagens referentes a campanhas ou eventos relacionados ao presidente Bolsonaro e políticos associados, bandeiras do Brasil, contagem dos votos,<sup>10</sup> contra representantes da CPI da COVID, contra passaporte da vacina, contra a descriminalização das drogas; da pauta moral que abordo na presente pesquisa, apenas uma postagem contra o escudo da CBF sobre a bandeira do arco-íris com o comentário "agenda gayzista da CBF".

No perfil da psicóloga e jornalista Helen Pontes (@helenpontesrj), quase todas as postagens se referem a campanhas bolsonaristas: referência às motocicletas promovidas pelo presidente, defesa da liberdade médica do tratamento precoce contra a COVID. Da pauta de gênero, ela posta uma zombaria sobre um evento feminista denominado "ovulário"; sobre o governador do RS Eduardo Leite assumir sua homossexualidade: "você tem orgulho da sua homossexualidade e eu da minha heterossexualidade"; zombaria de homens ditos "esquerdistas" usando saia; a reprodução de uma postagem de Twitter depreciando um evento na USP sobre sexualidade humana ("congresso sobre como dar o cu sem sentir dor": palavra "cu" está riscada); uma postagem zombando do significado de feminismo. De conteúdo religioso, aparecem algumas postagens de versículos bíblicos e um cartaz do evangelista batista estadunidense Billy Graham, além de uma postagem com críticas ao "Estado laico" chamado de cristofobia.

Já o professor João Alberto (@joaocunha.filho) posta alguns raros versículos bíblicos. Sua única alusão à religião é um cartum com os dizeres "antes de ir à igreja, seja igreja". Exibe os temas das campanhas de Bolsonaro. Já sobre gênero, mostra uma página de quadrinhos confrontando as identidades de direita e de esquerda, em que a esquerda sempre recrimina a direita com um apodo (com o seguinte diálogo: "eu sou gay". "Eu hétero". "Homofóbico" – responde o esquerdistas) e uma piada sobre homofobia (relógio não vira 24h, mas 0 hora).

---

<sup>10</sup> Uma das polêmicas levantadas pelo presidente Bolsonaro levanta desconfiança sobre a lisura do resultado das urnas eletrônicas nas eleições, o que gerou a campanha pelo "voto impresso auditável".

O empresário (deduz-se pelas fotos postadas que é publicitário e trabalha em programa de rádio) Lúcio Flávio (@luciofmrocha) posta sobre contagem de votos, enquanto na pauta moral, há uma postagem de palestra sua em uma *live* contra a descriminalização das drogas e a favor da vida. Também consta a reprodução de uma postagem dele mesmo no Twitter em que acusa a esquerda: “fragilizou a sociedade promovendo o ódio... mulher X homem, hetero X homo”). A única postagem religiosa mostra um desenho em que Jesus ensanguentado carrega o mundo (traz a referência bíblica: Is 53.5).

Sérgio Harfouche (coordenador internacional e autoridade eclesiástica) (@promotorharfouche), identificado como promotor de justiça (sua identidade predominante no perfil), também é bispo da Yah Church (antes Igreja Batista Palavra Viva em Campo Grande-MS), mas posta apenas uma pregação. Fora essa, as únicas alusões à religião estão na campanha “quero minha igreja aberta”, e na divulgação de um jantar da ADHONEP com participação do ministro da Educação Milton Ribeiro. Suas postagens são principalmente contra a descriminalização das drogas, incluindo uma em defesa das comunidades terapêuticas religiosas.

Quanto à última coordenadora, não há palavras apresentando Sol Cordoba no perfil (@sol.cordoba.754). Ali há pouco material publicado: uma postagem referente à esperança em Deus e uma sobre oração, e a divulgação de um evento a favor da vida e contra a liberação das drogas, do qual participam vários parlamentares conservadores religiosos, além de várias postagens contra o comunismo. Sol é a única a não chamar para o ato de Sete de Setembro, embora divulgue o lema bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. No dia em que se fez o levantamento, as últimas postagens de todos, exceto Sol, são divulgação para as manifestações do Sete de Setembro de 2021 convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

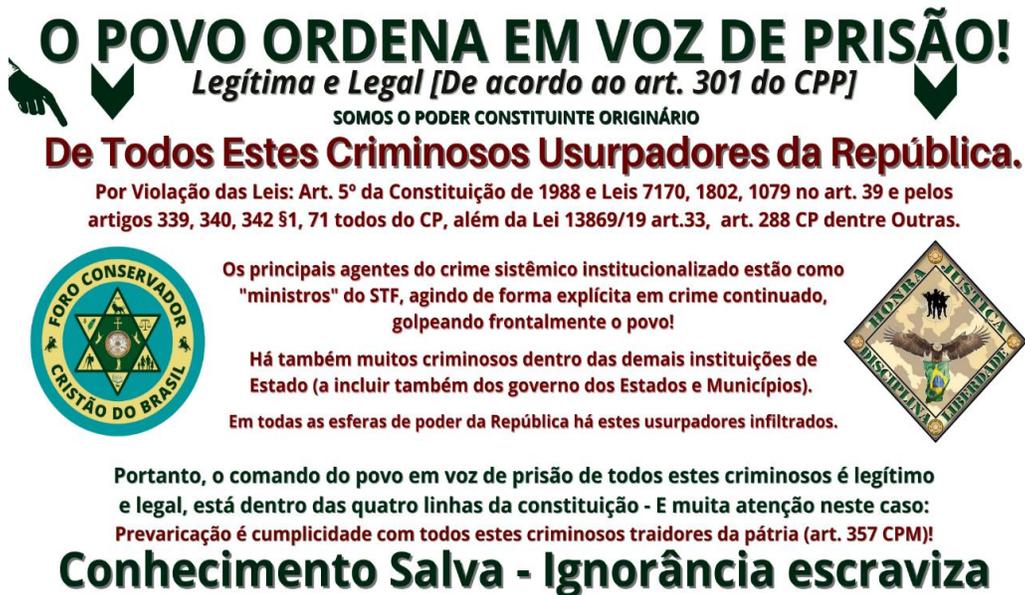
Os líderes da Marcha da Família Cristã pela Liberdade se dizem cristãos, mas no Instagram não aparecem como envolvidos em comunidades religiosas.<sup>11</sup> Isso mostra uma dimensão de identidade religiosa cristã em termos culturais, em lugar do pertencimento eclesiástico, visto na Marcha para Jesus descrita por Sant’Ana (2014).

---

<sup>11</sup> O promotor Sérgio Farouche quase esconde sua identidade de bispo de uma igreja evangélica nesse perfil do Instagram. São duas postagens desse tipo, enquanto fez dezenas com outros referentes. O levantamento dos perfis de Instagram foi realizado em 28/08/2021).

Essa identidade religiosa dita cristã aparece também no Foro Conservador Cristão do Brasil.

**Figura 1. O povo ordena em voz de prisão!**



**O POVO ORDENA EM VOZ DE PRISÃO!**  
*Legítima e Legal [De acordo ao art. 301 do CPP]*  
SOMOS O PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO  
**De Todos Estes Criminosos Usurpadores da República.**  
Por Violação das Leis: Art. 5º da Constituição de 1988 e Leis 7170, 1802, 1079 no art. 39 e pelos artigos 339, 340, 342 §1, 71 todos do CP, além da Lei 13869/19 art.33, art. 288 CP dentre Outras.

Os principais agentes do crime sistêmico institucionalizado estão como "ministros" do STF, agindo de forma explícita em crime continuado, golpeando frontalmente o povo!

Há também muitos criminosos dentro das demais instituições de Estado (a incluir também dos governo dos Estados e Municípios).

Em todas as esferas de poder da República há estes usurpadores infiltrados.

Portanto, o comando do povo em voz de prisão de todos estes criminosos é legítimo e legal, está dentro das quatro linhas da constituição - E muita atenção neste caso: Prevaricação é cumplicidade com todos estes criminosos traidores da pátria (art. 357 CPM)!

**Conhecimento Salva - Ignorância escraviza**

**Fonte:** Cartaz divulgado inicialmente no site do Foro Conservador Cristão do Brasil<sup>12</sup>

O Foro Conservador Cristão do Brasil apareceu acima como autor, junto com a Marcha da Família Cristã, de uma carta aberta disponível no site da Marcha (Fig. 1), pleiteando a contagem dos votos. O Foro Conservador se define da seguinte forma: "Somos a sociedade civil Organizada - Somos Guardiões da Cultura judaico-cristã! Patriotas em Unidade, pelo resgate dos valores legais da nação brasileira!" O Foro conservador convoca em um cartaz: "Povo ordena em voz de prisão",<sup>13</sup> dita "legítima e legal", com base no art. 301 do CPP (Código de Processo Penal), dizem-se "somos o poder constituinte originário". Os "ministros" do STF (ministros entre aspas no original) são

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.localprayers.com/BR/Porto-Alegre/262626887748700/Foro-Conservador-Crist%C3%A3o-do-Brasil>. Acesso em 7/09/2021. O Foro Cristão Conservador do Brasil está escondido no site Local Prayers, mas há possibilidade de acesso pelo Facebook.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/ForoConservador/photos/832792584065458>. O cartaz da campanha agora foi escondido como uma foto no Facebook do Foro, com acesso em 7/09/2021, mas estava publicado no site do Foro Conservador em 3/09/2021, quando pude gravá-lo.

chamados de “agentes do crime sistêmico institucionalizado” e também de “criminosos, usurpadores da República”, a quem se destina a voz de prisão. Outros também são denunciados como criminosos dentro das demais instituições do Estado, incluindo o governo de Estados e municípios. O cartaz ainda usa a palavra “prevaricação”, tornada corrente por ocasião da CPI da COVID (quando se questionou se o Presidente da República teria prevaricado): “prevaricação é cumplicidade com todos estes criminosos traidores da pátria (art. 7 do CPM - Código de Processo Militar)”. O chamado afirma: “o comando em voz de prisão de todos estes criminosos é legítimo e legal, está dentro das quatro linhas da constituição” (sic). A convocação termina de forma bombástica: “Conhecimento salva – Ignorância escraviza”. A expressão “quatro linhas da Constituição” tem sido usada pelo presidente Bolsonaro para ameaçar reação contra processos abertos por ministros do STF (Soares, 2021), ou para assegurar que ele mesmo tem agido dentro da Constituição, ou que o pedido de *impeachment* do ministro do STF Alexandre Moraes estaria dentro da legalidade. Mas o chamado não evoca apenas o vocabulário bolsonarista. Há duas menções a artigos da esfera legal: art. 301 do CPP (Código de Processo Penal) e o art. 7 do CPM (Código de Processo Militar). Enquanto o art. 301 do CPP efetivamente aborda o tema da convocação “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”, o art. 7 do CPM trata da aplicação da lei penal militar, mas não define prevaricação. A despeito desse verniz da linguagem do Direito, o que prevalece no chamado é sua inspiração fascista, explícita na estética dos símbolos do Foro Conservador: um quadrado em posição dinâmica, apresentando uma águia em voo carregando a bandeira do Brasil. Acima da águia aparece a silhueta de um pequeno grupo de pessoas apontando armas. Em cada lado do quadrado há uma palavra “honra”, “justiça”, “disciplina”, “liberdade”. Essa linguagem fascista está explicitada no chamado a ser um vigilante que pode prender qualquer pessoa acusada de criminosa, no caso, os inimigos. Segundo Umberto Eco, em síntese feita por Almeida (2020), o conceito de fascismo não se restringe à experiência totalitária na Europa entreguerras, mas se amplia e “pode ser definido de muitas formas, mormente aquelas que se identificam com o nacionalismo exacerbado, o culto à personalidade e à exaltação de um líder” (Almeida, 2020, p. 164). Ainda conforme Eco, o fascismo “caracteriza-se por ser adverso ao diferente, por seu autoritarismo e por seu totalitarismo, avesso a críticas e à liberdade de pensamento e de expressão” (Almeida, 2020, p. 164).

É importante aqui constatar que conservadores (reativos à modernidade) e reacionários (em guerra contra essas instituições) (Camurça et al., 2020) se aproximam hoje de uma estética fascista

na confecção de seus símbolos, na encenação de motociatas inspiradas em Mussolini, entre vários outros aspectos que temos visto recentemente no cenário político do Brasil. Essa perspectiva se aproxima do populismo (Burity, 2020; Cesarino, 2019) conforme veremos adiante. Invertendo as expectativas, por conta da resistência de instituições brasileiras contra o avanço dos chamados atos antidemocráticos, instaurando inquéritos e fechando canais em redes sociais, conforme visto acima nos inquéritos do STF e da Procuradoria Geral da República, esses mesmos movimentos têm reivindicado a liberdade de expressão, no caso, liberdade de reivindicar o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, e de ameaçar as autoridades que as contrariem (G1, 07 de setembro de 2021). Mas a aversão ao diferente e a tentativa de coibir a pluralidade têm sido as notas dessas mobilizações.

Nas dinâmicas do populismo e do fascismo, a mobilização ocorre a partir da definição dos inimigos. Segundo Cesarino, ainda durante as eleições de 2018, a militância bolsonarista nas redes sociais, ao definir os inimigos, “teve o cuidado de traçar a fronteira antagonística não entre brancos e negros, homens e mulheres, ou héteros e gays, mas entre a militância feminista, LGBT e do movimento negro e os ‘cidadãos de bem’” (2019, p. 541). Uma frase que circulou em grupos de WhatsApp após a eleição presidencial de 2018 pode bem representar a construção dessa diferença do ponto de vista conservador: “os esquerdistas praticam ATIVISMO, enquanto os conservadores de direita praticam o PATRIOTISMO” (maiúsculas no original) (Cesarino, 2019, pp. 541-542).

### **Conservadorismo e temas morais controversos**

Volto agora ao caso que nos interessa mais particularmente, no tocante a temas morais controversos, como o aborto e a diversidade sexual, o que tem mobilizado conservadores, especialmente agentes com identidade religiosa. Isso se relaciona ao ativismo das políticas de identidade e políticas sexuais criticadas pelos movimentos conservadores.

De acordo com Machado (2012b, p. 34), “os coletivos feministas e LGBT desempenharam nas últimas décadas um papel fundamental no processo de separação da moralidade pública da moralidade religiosa”. Ela conclui que, no campo religioso, esse fato produziu efeitos contraditórios: por um lado a formação de igrejas inclusivas, por outro o fortalecimento do ativismo religioso conservador por parte das estruturas eclesiais tradicionais.

No caso da Igreja Católica, essa reação vem em termos da formulação de doutrina contra a perspectiva de gênero (Machado, 2018; Carranza

& Rosado-Nunes, 2020). Machado aborda a incorporação da categoria gênero e orientação sexual nas políticas públicas como uma controvérsia sobre os direitos humanos na sociedade brasileira. "Trata-se de uma disputa sobre significados em que os atores da esfera religiosa se apropriam de determinadas ideias do campo científico para defender a concepção que atrela a verdade à crença em Deus e dá autoridade moral aos sacerdotes, pastores e demais lideranças do cristianismo para definir as normas sociais e legais da sociedade" (2018, p. 1 do documento html). Carranza e Rosado-Nunes afirmam que emerge desse debate a importância da categoria de gênero (2019, p. 936).

Parto da filósofa Judith Butler (2019), talvez a autora mais criticada pelos movimentos antigênero, para resumir alguns dos pontos principais da "ideologia de gênero", a meu ver concebida como uma categoria de acusação. Nesse debate, o sexo seria a categoria adequada para descrever a criação feita por Deus. A Igreja está reagindo ao que percebe como uma intervenção colonizadora das Ciências Humanas e Sociais por meio do ateísmo. Isso representa o receio de perder a jurisdição sobre a constituição da família e o exercício da sexualidade, esferas da vida privada que caberiam à religião após o processo de secularização desencadeado na modernidade ocidental. Por conta dessa dinâmica, surge uma postura de aversão a movimentos sociais e aos direitos que estes reivindicam.

Segundo Vaggione (2012) postula em artigo sobre o ativismo religioso conservador, a Igreja Católica pretende defender a família natural amparada pelo direito natural. Portanto, a postura antigênero surge de processo de politização reativa contra o modelo de família e de sexualidade que se considera ameaçado pela nova política sexual. Estudos têm identificado o engajamento de religiosos nessa controvérsia envolvendo a ideologia de gênero no Congresso Nacional (Machado, 2018; Luna, 2017; Rezende et al., 2020).

A dita "cura gay" ou terapia de reorientação sexual da homossexualidade para a heterossexualidade é outro ponto de controvérsia que surge no debate parlamentar, envolvendo esse ativismo religioso conservador (Gonçalves, 2019). Nesse caso, há uma mobilização bem maior por parte de atores pentecostais e neopentecostais.

Outro tópico de controvérsia que envolve valores religiosos é a temática do aborto explorada como defesa do direito à vida de fetos e embriões, mesmo aqueles de laboratório gerados por reprodução assistida, conforme definido no Estatuto do Nascituro (Luna, 2013; Machado, 2012a).

Atando esses temas morais controversos com a mobilização conservadora no campo político, uso o conceito de Vaggione (2017) de cidadania religiosa a fim de entender os movimentos conservadores descritos acima. Segundo o autor, em resposta aos movimentos feministas e pela diversidade sexual, ocorreu a intensificação da defesa dos direitos vinculados ao livre exercício e expressão do religioso. A consolidação do projeto de cidadania religiosa permite compreender o impacto do ativismo cristão conservador nas sociedades contemporâneas. É importante lembrar, conforme o próprio Vaggione alerta, que o ativismo conservador se constitui de agentes religiosos e seculares. Segundo Vaggione, a cidadania religiosa apresenta três dimensões: o traçado de fronteiras identitárias, a mobilização de crenças e o reconhecimento de direitos religiosos. No caso do traçado das fronteiras identitárias, a cidadania surge como identidade a partir da formação de fronteiras culturais. Os movimentos feministas e pela diversidade sexual revelam o poder da Igreja sobre o direito e a cultura. A Igreja Católica tem respondido a essas reivindicações através de duas construções doutrinárias: a crítica a uma cultura da morte (relacionada principalmente ao aborto e à eutanásia, bem como à defesa do direito natural contra legislações que legitimem a separação de sexualidade e reprodução, o que implica uma mentalidade não reprodutiva) e a crítica à "ideologia de gênero" (a compreensão de que gênero e sexualidade são construções culturais, o que seria contra a realidade da natureza humana). No caso, a identidade cristã estaria ameaçada por essas demandas antinaturais, traçando-se aí a fronteira na defesa de um modelo de família natural. No tocante à mobilização de crenças religiosas, trata-se do direito de trazer o aporte religioso ao debate público, o que mostra a imbricação do sujeito como cidadão e como crente. Isso se manifesta, segundo a descrição de Vaggione, na criação de ONGs pró-vida e pró-família; da mobilização de governantes, juízes, legisladores na defesa da moral católica (aqui no Brasil, certamente a moral evangélica); por fim, a convocação da defesa da moral católica por intelectuais e acadêmicos contra direitos sexuais e reprodutivos. Vimos no material acima esse aspecto de mobilização das crenças religiosas na formação de movimentos como a Marcha da Família Cristã pela Liberdade e o Foro Conservador Cristão do Brasil. Ainda segundo Vaggione, a última dimensão é a cidadania como direito, isto é, a legalização de crenças religiosas. Nesse sentido, a legitimação dos direitos sexuais e reprodutivos é considerada por setores conservadores como ameaça ao livre exercício de crenças religiosas. Esse aspecto aparece também em Butler (2019) quando debate a categoria acusatória ideologia de gênero. Defendo aqui a hipótese de que é possível, a partir do conceito de cidadania religiosa, entender a constituição da identidade cristã reivindicada por movimentos como a

## Marcha da Família Cristã pela Liberdade e pelo Foro Conservador Cristão do Brasil.

Burity (2020) analisa o comportamento político recente dos evangélicos no Brasil. O temor diante do avanço feminista e LGBT nas políticas públicas teria produzido um processo de mobilização reativa que desencadeou a adesão de parte significativa dos evangélicos a Bolsonaro. Pesquisando questões relacionadas a aborto com levantamentos a partir de 2003, observo que as propostas moralizantes no Legislativo têm crescido desde o início dos anos 2000. A mobilização da Frente Parlamentar Evangélica na defesa de sua pauta moral é crescente. Machado (2012a), acompanhando evangélicos na política desde esse período, mostra os diferentes alinhamentos de evangélicos na campanha eleitoral de 2010, sem unidade do grupo, com lideranças apoiando Serra, Dilma e Marina. No tocante à pauta dos costumes, podemos enxergar um ativismo religioso conservador por parte de evangélicos, principalmente pentecostais, e de católicos carismáticos (Machado, 2015), conforme se vê no debate sobre aborto (Luna, 2014, 2019) e da diversidade sexual representados nos movimentos contra a ideologia de gênero (Luna, 2017; Rezende et al., 2020).

Acerca do resultado das eleições de 2018, Burity (2020) afirma que se forja uma nova identidade desses evangélicos aderentes a Bolsonaro. Esse traçado de identidade cultural é apontado por Cesarino (2019), sobre a dinâmica populista no bolsonarismo em geral. Aí se traça uma fronteira (nos moldes de Laclau) entre o povo e seus inimigos

Finalmente, se trazó una frontera entre el pueblo y sus enemigos em moldes laclauianos, confrontando el proyecto democrático-popular (antilulismo y antipetismo) y articulando demandas para la reconfiguración ultraliberal de la política y de la economía y la reconstrucción moral de las disputas identitarias (minoritarias). El pueblo que surge de esta disputa se denomina 'familia tradicional', 'ciudadanos de bien', 'gente honesta y trabajadora', 'gente común', los 'emprendedores'. Estos significantes se articulan en una promesa de orden que delinea claramente una desdemocratización, en un escenario que cada vez más se puede llamar postdemocracia. Dada su capilaridad, los pentecostales han proporcionado una nueva base de masas para un pueblo posdemocrático y 'los evangélicos' nombran su principal agencia política (Burity, 2020, p. 23).

Tal fronteira parece estruturante dessa mobilização chamada de identidade cristã, como observado nos movimentos acima. Essa

identidade cultural cristã tem sido mobilizada no espaço público na dita defesa da liberdade religiosa e do governo Bolsonaro na Marcha da Família pela Liberdade. É acionada também na Câmara de Deputados para barrar avanços relativos ao aborto e às demandas do movimento LGBT no Legislativo (Machado, 2016; Luna, 2014, 2017; Rezende et al., 2020).

### **Considerações Finais:**

Com base no exame de alguns fatos marcantes durante os três primeiros anos do governo Bolsonaro, o artigo mostra facetas da articulação reacionária e favorável ao presidente e o modo como diversas pautas estão relacionadas a valores religiosos ou a uma identidade cristã conservadora.

Como novidade, a política cultural torna-se trincheira de uma guerra ideológica, barrando produções percebidas como contrárias à moralidade cristã (especialmente as relacionadas à diversidade sexual) ou contrárias ao governo (por associar-se à luta pela democracia). O apoio vem de movimentos autodenominados cristãos: Marcha da Família Cristã pela Liberdade e Foro Conservador Cristão do Brasil.

Outro aspecto desse conservadorismo está na pauta de costumes, em especial a oposição a qualquer tipo de aborto legal, como na assinatura do Consenso de Genebra pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, ou no cerceamento de pleitos de aborto legal, além da retórica antigênero, que pretende limitar expressões da diversidade sexual.

Além da guerra cultural focada na pauta de costumes, da qual a ministra Damares Alves é expoente, há as representações de gênero nas falas do presidente. São representações de um tipo de masculinidade que pode ser associada a valores fascistas no sentido de desprezo pelos fracos. Isso ocorreu especialmente em frases ditas por Jair Bolsonaro quando confrontado com o aumento vertiginoso de mortes e casos durante os picos da pandemia.

As políticas de enfrentamento da pandemia, com medidas para evitar o contágio, incluíram o fechamento de lugares dos mais variados tipos de reuniões e ajuntamentos. Isso afetou diretamente igrejas e templos religiosos, entre diversas outras instituições. Surge então nova retórica de perseguição religiosa, o que se somou aos movimentos de apoio ao presidente e contrários às instituições que oferecessem resistência a seus atos, especialmente o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

Assim, no período considerado, constatou-se o surgimento de outras formas de mobilização da identidade cristã fora de ambientes

eclesiásticos e confessionais, como visto nos exemplos da Marcha da Família Cristã pela Liberdade e do Foro Conservador Cristão do Brasil. Essa identidade é acionada também pelo ativismo cristão conservador, barrando demandas de direitos das mulheres e LGBTs especialmente no Legislativo, mas também no choque entre representantes do Executivo, como a ministra Damarens Alves, e decisões do Judiciário sobre o aborto legal. Em guerra cultural, as dinâmicas fascistas e populistas de produção de inimigos mobilizam segmentos distintos em torno da figura do líder, o presidente Jair Bolsonaro, criando a partir de grupos dissimilares uma identidade cristã conservadora que diz defender a cultura, as igrejas e as “pessoas de bem” contra as investidas “esquerdistas” de transformação social acusadas de destruição da família.

## Referências

- Advocacia-Geral Da União. (07 de abril de 2021) *André Mendonça defende liberdade religiosa e de culto em primeira sustentação oral no retorno à AGU*. Recuperado em 07 de setembro de 2021 de <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/andre-mendonca-defende-liberdade-religiosa-e-de-culto-em-primeira-sustentacao-oral-no-retorno-a-agu>
- Agência Senado. (03 de agosto de 2021). CPI da Pandemia ouve reverendo Amilton Gomes de Paula. *Senado Notícias*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia/cpi-da-pandemia-ouve-reverendo-amilton-gomes-de-paula>
- Amado, G. (23 de agosto de 2021). *Alvo da PF no inquérito por ataques à democracia trabalhou no Ministério dos Direitos Humanos*. Metrôpole. Recuperado em 07 de setembro de 2021 de <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/alvo-da-pf-no-inquerito-por-ataques-a-democracia-trabalhou-no-ministerio-dos-direitos-humanos>
- Albuquerque Jr., D. M. (06 de junho de 2021). *A masculinidade fascista como revanche contra o avanço social do feminino*. Diário do Nordeste. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinia0/c0lunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/a-masculinidade-fascista-como-revanche-contra-o-avanco-social-do-feminino-1.3100172>
- Almeida, J. P. M. (2020). “Deus, pátria e família”: os sentidos do fascismo brasileiro, do integralismo ao populismo do século XXI. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, 7(2), 163-178.
- Almeida, R. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos. CEBRAP*, 38(1), 185-213. doi: 10.25091/S01013300201900010010
- Alves, J. E. D. (17 de maio de 2021). *O voto católico poderá garantir a vitória de Lula em 2022*. Ecodebate. Recuperado de <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/17/o-voto-catolico-podera-garantir-a-vitoria-de-lula-em-2022/>

- Arreguy, J. (03 de abril de 2021). *STF: Ministro Nunes Marques libera cultos e missas em todo o país*. Notícias Uol. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/03/decisao-stf-nunes-marques-libera-cultos-e-missas.htm>
- Burity, J. (2020). El pueblo evangélico: construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes Antropológicos*, 3(6), 1-35. doi: 10.29340/en.v3n6.158
- Butler, J. (2019). Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, 19(36), 219-235. doi: 10.22456/1982-8136.99586
- Camurça, M., Silveira, E. J. S., & Andrade Jr, P. M. (2020), Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 18(57), 975-1001. doi: 10.5752/P.2175-5841.2020v18n57p975
- Caponi, S. Et Al. (2021). O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9(21), 78-102. doi: 10.20336/rbs.774
- Cappelle, M. C. A., Melo, M. C. O. L., & Gonçalves, C. A. (2003). Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Revista de Administração da UFLA*, 5(1). Documento html. 15p.
- Cesarino, L. M. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*, 62(3), 530-557. doi:10.11606/2179-0892.ra.2019.165232
- Cunha, M. N. (23 de setembro de 2019). Bolsonaro é o presidente que adere, sobe no altar e dá vazão a pautas de evangélicos. Entrevista especial com Magali Cunha. *IHU – Unisinos*. Recuperado em 07 de setembro de 2021 de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592752-bolsonaro-e-o-presidente-que-adere-sobe-no-altar-e-da-vazao-a-pautas-de-evangelicos-entrevista-especial-com-magali-cunha>
- Cunha, G. (07 de julho de 2021). Funarte cita Deus e cantos gregorianos para vetar festival de jazz na Bahia. *O Globo*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://oglobo.globo.com/cultura/funarte-cita-deus-cantos-gregorianos-para-vetar-festival-de-jazz-na-bahia-25105087>.
- Desideri, L. (10 de outubro de 2020). Com Brasil e EUA, Consenso de Genebra pede à ONU que pare de promover aborto. *Gazeta do Povo*. Recuperado em 06 de setembro de 2021 de <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/consenso-de-genebra-onu-aborto>
- Diário De Notícias. (18 de dezembro de 2020). Bolsonaro sobre a vacina da Pfizer: "Se você virar jacaré, é problema seu". *Diário De Notícias*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html>
- Dip, A., Maciel, A., Correia, M., Pina, R., & Nascimento, G. (07 de abril de 2020). O lobby dos evangélicos contra o fechamento das igrejas. *Agência Pública*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://apublica.org/2020/04/o-lobby-dos-evangelicos-contra-o-fechamento-das-igrejas>

- Duarte, T. S. (2020). -Our time has come! It's time for the church to govern: evangelicals in Brazilian politics and in our ethnographies. *Vibrant*, 17, 1-24. doi: 10.1590/1809-43412020v17d455
- Eco, Umberto. (2019). *O fascismo eterno* (3. Ed). Rio de Janeiro: Record.
- G1. (17 de janeiro de 2020). Secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler. *G1*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>
- G1. (05 de março de 2021). 'Chega de frescura, de mimimi': frase de Bolsonaro repercute na imprensa internacional. *G1*. Recuperado em 11 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/05/chega-de-frescura-de-mimimi-frase-de-bolsonaro-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>
- G1. (15 de abril de 2021) *Cidades registram manifestações contra decisão do STF que autorizou estados e municípios a restringir cultos e missas presenciais*. *G1*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/11/cidades-registram-manifestacoes-contra-decisao-do-stf-que-autorizou-estados-e-municipios-a-restringir-cultos-e-missas-presenciais.ghtml>
- G1. (07 de setembro de 2021). Manifestantes fazem atos a favor de Bolsonaro no 7 de Setembro. *G1*. Recuperado em 12 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-7-de-setembro.ghtml>
- Giumbelli, E. (2002). Para além do 'trabalho de campo': reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 91-107. doi: 10.1590/S0102-69092002000100007
- Gomes, P. H. (10 de novembro de 2020). *Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', diz Bolsonaro*. *G1*. Recuperado em 12 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>
- Gonçalves, A. O. (2019), Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da "cura gay". *Religião & Sociedade*, 39(2), 175-199. doi: 10.1590/0100-85872019v39n2cap07
- Luna, N. (2013). O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. *Religião & Sociedade*, 33(1), 71-97. doi: 10.1590/S0100-85872013000100005
- Luna, N. (2014). Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (14), 83-109. doi: 10.1590/0103-335220141404
- Luna, N. (2017). A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, (50), e175018. doi: 10.1590/18094449201700500018
- Luna, N. (2018). O julgamento no Supremo do aborto de anencéfalo - ADPF 54: uma etnografia da religião no espaço público. *Horizontes*

- Antropológicos*, 24(52), 165-197. doi: 10.1590/S0104-71832018000300007
- Luna, N. (2019). O debate sobre aborto na câmara de deputados no Brasil entre 2015 e 2017: Agenda conservadora e resistência. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 33, 207-272. doi: 10.1590/1984-6487.sess.2019.33.12.a
- Machado, L., Figueiredo, P. (11 de março de 2021). SP suspende cultos religiosos, campeonatos esportivos e determina fase emergencial da quarentena; veja o que muda. *G1*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/11/sp-suspende-cultos-religiosos-campeonatos-esportivos-e-determina-fase-emergencial-da-quarentena.ghtml>
- Machado, M. D. C. (2012a). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (7), 25-54. doi: 10.1590/S0103-33522012000100003
- Machado, M. D. C. (2012b). Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, 32(2), 29-56. doi: 10.1590/S0100-85872012000200003
- Machado, M. D. C. (2015). Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, 35(2), 45-72. doi: 10.1590/0100-85872015v35n2cap02
- Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, 26(2), 1-18. e47463. doi: 10.1590/1806-9584-2018v26n247463
- Marcha Da Família. Recuperado em 07 de setembro de 2021 de <https://marchadafamilia.com/>
- Mello, B. (07 de abril de 2021). Líderes religiosos afirmam que fechamento de igrejas e templos traz impacto financeiro. *O Globo*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://oglobo.globo.com/politica/lideres-religiosos-afirmam-que-fechamento-de-igrejas-templos-traz-impacto-financeiro-24958858>
- Mori, L. (28 de abril de 2020). Como a crise do coronavírus expõe racha entre evangélicos no Brasil. *BBC Brasil*. Recuperado em 07 de setembro de 2021 de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52313890>
- Montero, P. (2016). "Religiões Públicas" ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade*, 36(1), 128-150. doi: 10.1590/0100-85872016v36n1cap06
- Muzzopappa, E. y Villalta, C. (2011). Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. *Revista Colombiana de Antropología*, 47(1), 13-42.
- Natividade, M. T., Sousa, B. A., & Rocha, R. (2021). Políticas sexuais, saúde e violência em tempos de pandemia de covid-19. *Revista Tomo*, 39, 46-84. doi: 10.21669/tomo.vi39.15105
- Nigro, I. S., Baracat, J. (2018). Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, 30(1), 4-19.
- Py, Fábio. (2020). *Pandemia Cristofascista*. Serie: contágios infernais. São Paulo: Recriar.
- Rezende, D. L., Avila, L. B., & Oliveira, C. (2020). Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma

- análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCAR*, 10(2), 585-612. doi: 10.31560/2316-1329.102.4
- Riveira, C. (21 de setembro de 2020). Damares participou de tentativa de impedir aborto em menina, diz jornal. *Exame*. Recuperado em 10 de outubro de 2022 de <https://exame.com/brasil/damares-participou-de-tentativa-de-impedir-aborto-no-es-diz-jornal/>
- Sant'ana, R. (2014). O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. *Religião & Sociedade*, 34(2), 210-231. doi: 10.1590/S1984-04382014000200011
- Santos, P. (08 de agosto de 2020). YouTube tira do ar canal de Sara Winter após ela expor menina de 10 anos. *Correio Braziliense*. Recuperado em 17 de outubro de 2022 de <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/08/4869334-youtube-tira-do-ar-canal-de-sara-winter-apos-ela-expor-menina-de-10-anos.html>
- Soares, I. (06 de agosto de 2021). Bolsonaro: "Nunca proferi uma só palavra fora das 4 linhas da Constituição". *Correio Braziliense*. Recuperado em 03 de setembro de 2021 de <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942178-bolsonaro-nunca-proferi-uma-so-palavra-fora-das-4-linhas-da-constituicao.html>
- Souza, A., Éboli, E., & Muniz, M. (21 de agosto de 2021). Operação da PF mira suspeitos de extremismo contra Poderes. *O Globo*, p. 10.
- Theije, M. (2002). "São metade macho, metade fêmea": sobre a identidade de gênero dos homens católicos. *Revista Antropológicas*, 13(1), 47-58.
- Vaggione, J. M. (2012). La "cultura de la vida": desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião & Sociedade*, 32(2), 57-80. doi: 10.1590/S0100-85872012000200004
- Vaggione, J. M. (2017). La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, (50), e175002. doi: 10.1590/18094449201700500002
- Vasconcelos, Tânia Mara Pereira. (2019). *A construção social da virilidade e a (re)produção do ódio às mulheres em sociedades hiperconectadas*. ANPUH. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil. Recife, PE, Brasil. Recuperado em 18 de outubro de 2022 de [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554751004\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh2019.Tania.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554751004_ARQUIVO_TextoAnpuh2019.Tania.pdf)
- Vivas, F. (02 de janeiro de 2019). 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. *G1*. Recuperado em 06 de setembro de 2021 de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>
- Vital Da Cunha, C., Lopes, P. V. L. (2012). *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil* (1. Ed). Rio de Janeiro: Gráfica Minister.

---

\* O artigo resulta do projeto de pesquisa “Valores religiosos e temas morais controversos: pauta de costumes, conservadorismo e resistência” agraciado com bolsa de produtividade 2 CNPq

\*\* Doutora em Antropologia pelo PPGAS, MN, UFRJ e é professor associado 3 na UFRRJ. Suas pesquisas mais recentes são na área de religião e política, especialmente quanto ao debate público sobre aborto e diversidade sexual, e temas como “ideologia de gênero”, o estatuto do feto e do embrião. [naaraluna2015@gmail.com](mailto:naaraluna2015@gmail.com)